

ENTREVISTA COM MÁRCIO POCHMANN – problematizando a economia e a situação social no Brasil¹

Em rápida entrevista, o economista Marcio Pochmann, professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit-IE/UNICAMP), ex-presidente do IPEA e, atualmente, presidente da Fundação Perseu Abramo, fala sobre a importância do crescimento econômico recente para a geração de emprego, redução da pobreza e elevação das condições de vida da população trabalhadora.

Amilton Moretto: O crescimento econômico, observado desde 2004, levou ao crescimento do emprego formal incorporando parcela significativa da classe trabalhadora que estava no segmento informal. Em que medida esse crescimento foi importante para a redução da pobreza e da desigualdade social?

Márcio Pochmann: O crescimento econômico constituiu a variável fundamental para o enfrentamento da pobreza, sobretudo aquela que se manifesta no meio urbano. Ainda que fundamental, o crescimento econômico, por si só, não se apresenta suficiente. Por um lado, porque não se trata de qualquer expansão das forças produtivas que amplia rápida e amplamente o nível de emprego da mão de obra. No caso de um país com características importantes de subdesenvolvimento como o Brasil, o crescimento irradiador de empregos, sobretudo, para os trabalhadores da base da pirâmide social, como na construção civil, serviços básicos, entre outros, é o mais importante nesta etapa. E foi isso que ocorreu no país, que somente na primeira década do século 21, gerou quase 22 milhões de ocupações, sendo a maioria de até 2 salários mínimos e com carteira assinada. Além disso, cabe mencionar o papel das políticas públicas, como o salário mínimo e o aumento do seu poder de compra, aliado aos programas de transferência direta de renda aos segmentos pauperizados. Destaca-se ainda demais políticas de redução do custo de vida, como os programas de habitação popular, popularização do crédito, entre outras.

Amilton Moretto: Tornou-se lugar comum associar esse contingente populacional que adentrou ao mercado de consumo, especialmente pelo crédito fácil e caro, como uma nova classe média. Até que ponto podemos chamar esses novos consumidores de classe média?

Márcio Pochmann: Um equívoco associar a mobilidade ocorrida à conformação de classe social, sobretudo de classe média. Em síntese, não se trata de nova, muito menos de classe média, mas simplesmente do fortalecimento das classes trabalhadoras. Conforme revelou pesquisa da Fundação Perseu Abramo, a maioria dos segmentos que ascenderam nos últimos anos se entendem como trabalhadores, não como classe média. Uma boa lição aos analistas no Brasil: antes de definir a situação do segmento social estudado, convém perguntar a eles como eles próprios se definem. Como os pobres gastam tudo o que ganham, em geral, torna-se natural que a elevação da renda média familiar na base da pirâmide social se converta na ampliação das compras de bens duráveis e serviços. Como fazia muito tempo que isso não ocorria no Brasil, este fato levou a interpretações equivocadas.

¹ Entrevista do Prof. Dr. Amilton José Moretto (SESIT/UNICAMP)

Amilton Moretto: As mudanças recentes na política econômica tem buscado fortalecer as empresas nacionais, o mercado interno e a competitividade do país. Contudo, e diante de uma conjuntura internacional desfavorável, o ritmo de crescimento tem sido abaixo do esperado. Como analisa as perspectivas dos próximos anos para a economia brasileira e quais os riscos de uma regressão social?

Márcio Pochmann: Regressão social e econômica ocorreu entre 1980 e 2000, quando o país transitou da 8ª para a 13ª economia do mundo, aliado a ampliação do desemprego de 1,8 para 11 milhões de trabalhadores e a parcela salarial caiu de 50% para 39% da renda nacional. A melhora de 2000 para cá é evidente, pois o Brasil encontra-se entre as sete economias mais ricas do mundo, o desemprego abaixo de 6 milhões e a parcela salarial se aproxima dos 59% da renda nacional. Mas há o risco de estagnação. A crise do capitalismo global é de grande proporção. Até agora o Brasil repete o passado, quando se saiu muito bem durante as grandes crises do capitalismo internacional, como entre 1873-1896 e 1929-1939. O país cresceu menos nos dois últimos anos, mas mesmo assim, a taxa de pobreza e de desigualdade da renda do trabalho seguem diminuindo. O que pode desconstruir a trajetória de melhoras em geral no Brasil é o obstáculo de natureza política. Ou seja, a desorganização da nova maioria que conduz o país de uma economia da financeirização da riqueza, do período neoliberal, para a economia do desenvolvimento com justiça social.